



*Política de identidades e desigualdades sociais:  
Pobreza no contexto brasileiro pós-ditadura*

DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA

Universidade de Brasília (UnB)

MARA CRISTINA SANTOS FREITAS-ESCÓRCIO

Universidade de Brasília (UnB)

RESUMEN. El objetivo de este trabajo es mostrar cómo el fenómeno social de la pobreza constituye la piedra angular en la construcción de política de identidades en el contexto brasileño post-dictadura, mediante la comparación de metas ideológicas de cinco Jefes de Estado, en sus respectivos discursos de toma de gobierno. Marca el punto de partida una triangulación teórica, cuyos vértices son el Análisis Crítico del Discurso (Fairclough 2003), la Lingüística Sistemico Funcional (Halliday y Mathiessen 2004) y la Representación de Actores Sociales (van Leeuwen 1997). Los resultados sugieren que la pobreza se tematiza, aunque de manera oblicua, y constituye un traslape en los discursos de los presidentes brasileños, donde identificamos, entre los componentes de la transitividad, una tendencia salvacionista y heroica respecto de las intenciones transmitidas en el habla de cada Jefe de Estado sucesor. Hemos observado también una rasgo recurrente que refleja la intención de cada presidente electo de distanciarse de las prácticas de mandatarios anteriores.

PALABRAS CLAVE: *prácticas discursivas, política, pobreza, transitividad, actores sociales*

RESUMO. O objetivo é apontar como o fenômeno social da pobreza, gerada pelas desigualdades, constitui uma espécie de viga mestra na construção da política de identidades no contexto brasileiro pós-ditadura. Comparamos metas ideológicas tecidas por cinco chefes de Estado, em seus discursos de posse. Partimos de uma triangulação teórica, cujos vértices são a Análise do Discurso Crítica (ADC), na perspectiva de Fairclough (2003), a Linguística Sistemico-Funcional (LSF), nos moldes de Halliday & Mathiessen (2004) e a Representação dos Atores Sociais proposta por van Leeuwen (1997). Os resultados alcançados sugerem que a temática da pobreza permeia, ainda que de maneira oblíqua, o discurso de posse de presidentes brasileiros no período pós-ditadura. Identificamos também que a semântica dos componentes de transitividade indicia uma tendência salvacionista e heroica como um traço recorrente que refere a intenção de cada presidente eleito em se distanciar de práticas de mandatários anteriores.

PALAVRAS-CHAVE: *práticas discursivas, política, pobreza, transitividade, atores sociais*

ABSTRACT. The purpose of this paper is to show how the social issue of poverty, generated by inequalities, constitutes the cornerstone in the construction of identity policies in the Brazilian post-dictatorship period. We compare the ideological goals conveyed by five Presidents in their inaugural speech. We start from a theoretical triangulation, whose vertices are Critical Discourse Analysis (CDA, Fairclough 2003)

Recibido: 27 de mayo de 2015 • Aceptado: 10 de agosto de 2015.

Systemic Functional Linguistics (SFL, Halliday and Mathiessen 2004) and the Representation of Social Actors (van Leeuwen 2008). Our findings suggest that the issue of poverty permeates, albeit obliquely, the discourse of most post-dictatorship Brazilian Presidents. The semantics of the transitivity system indicates a salvationist and heroic trend regarding the intentions expressed in the speech of each successor president. We identified a recurring trait associated with the intention of each newly elected President to distance himself from previous practices.

KEYWORDS: *discursive practices, politics, poverty, transitivity, social actors*

## *Introdução*

Este artigo objetiva apontar a questão da pobreza, acentuada pelas *desigualdades sociais*, como uma espécie de viga mestra que sustenta a construção de uma *política de identidades* no contexto brasileiro pós-ditadura. O termo *política de identidades* é aqui empregado para caracterizar o conjunto de representações similares, existentes entre planejamento de ações governamentais e metas ideológicas de Chefes de Estado em suas práticas discursivas. Abordar práticas sociais com base em pronunciamentos políticos significa buscar uma conexão entre a esfera pública e o espaço social. Consideramos que práticas sociais são, em parte, questões de discurso e vice-versa. Nessa dupla direção, o tema em destaque - *política de identidades e desigualdades sociais* - envolve não só fenômenos sociais no campo político, mas também fenômenos de natureza linguístico-discursiva.

Quanto ao termo *desigualdades sociais*, empregamo-lo em consonância com uma série de pares antagônicos, cujos sentidos se encontram incorporados em nossas práticas discursivas de maneira naturalizada, tais como “riqueza e pobreza”, “igualdade e desigualdade”, bem como “inclusão e exclusão” entre outros. Mais que pistas linguístico-discursivas, as expressões mencionadas significam representações que fazem parte da nossa memória social, tal como já discutido em Silva (2007: 51).

Nessa perspectiva, nosso percurso analítico crítico encontra-se balizado por perguntas voltadas para o sentido representacional da linguagem: (a) como a pobreza é representada nos discursos de posse dos presidentes?; (b) que posição ocupam os atores sociais através da maneira com que são representados?; (c) como se encontra representada, nos textos pertinentes aos discursos selecionados, a agência dos processos relacionados à ação de combate à pobreza?; e (d) que pistas os componentes de transitividade nos fornecem, concernentes ao caminho almejado para políticas públicas?

Para tanto, investigamos propostas de solução voltadas para as desigualdades sociais, de modo específico, entre as metas ideológicas tecidas pelos cinco últimos chefes de Estado em seus respectivos discursos de posse. Ponderamos que metas ideológicas costumam aparecer espelhadas em representações de uma realidade almejada, ou vivenciada, a partir de um dado momento

historicamente situado. Como representações linguístico-discursivas, podem ser identificadas na materialidade de um texto, por meio da posição ocupada por 'atores sociais', participantes de processos na condição de agente, receptor beneficiado ou afetado, sobretudo, como portador marcado por qualificações ou juízos de valor (termos e valores simbólicos). Em poucas palavras, consideramos que metas ideológicas emergem de práticas discursivas, seja em termos de (des)construções ou apropriações no mundo político, seja nas relações de poder, o que permite (des)velar pistas das identidades dos envolvidos, direta ou indiretamente, nas práticas sociais.

Dentro do cenário histórico-político do Brasil, onde se pode navegar rio abaixo na correnteza de um tempo correspondente aos últimos vinte e cinco anos, selecionamos discursos dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello (1990), Itamar Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (1995), Luiz Inácio Lula da Silva (2003) e da atual presidente Dilma Rousseff (2011 e 2015). Cabe esclarecer que, para o presente estudo, utilizamos apenas um discurso de posse dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, embora ambos tenham exercido dois mandatos como Chefes de Estado, reeleitos pelo povo, a exemplo de Rousseff.<sup>1</sup>

Diante de tal proposta, apoiamo-nos no construto teórico da Análise do Discurso Crítica (ADC), na perspectiva de Fairclough (1992, 2001, 2010), para enfocar a dimensão exterior da linguagem, ou seja, o discurso como prática social. Registramos, aqui, algumas considerações, conforme delineadas em Silva (2009, 2012) a partir de Fairclough (2003, 2010) e Chouliaraki e Fairclough (1999). A análise do discurso que enfoca a língua como prática social e o texto como um evento comunicativo significa uma forma de pesquisa social, considerada uma prática teórica crítica, baseada na premissa de que práticas opressoras podem ser combatidas por meio da palavra e, em condições propícias, até mesmo transformadas. Essa direção crítica permite-nos ponderar que pronunciamentos políticos aquilatados por bases ideológicas costumam emergir conjugados com projetos sociais, o que os torna passíveis de serem avaliados e, no caso das desigualdades sociais, desconstruídos, pelo menos discursivamente, em favor de uma nova ordem social

Com vistas a enlaçar, desde um ponto de vista teórico-metodológico, a dimensão que faz da língua um contrato social (discurso) com a sua interioridade (gramática), recorreremos à Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1994), ampliada em Halliday & Mathiessen (2004). Nessa direção, completamos o conjunto de aspectos metodológicos com a proposta de representação de 'atores sociais', em termos de inclusão e exclusão, de acordo com a categorização de van Leeuwen (1997, 2008). O material escolhido para este estudo envolve os discursos de posse dos cinco presidentes brasileiros, eleitos dentro do sistema direto de votação popular. O recorte analítico já começa pelo gênero escolhido (discurso político), sobretudo, devido à natureza democrática da prática social do voto direto nas urnas, o que sugere, pelo menos em princípio, que os

discursos de posse encontram-se afinados com a mentalidade coletiva (Freitas-Escórcio 2014).

O artigo encontra-se dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Apresentamos um breve histórico de concepções recentes em torno do conceito de pobreza, mediado por um paralelo entre privação e desigualdade, o que é canalizado para informações sobre pesquisas voltadas aos temas pobreza e desigualdade social, tanto no Brasil quanto na Colômbia e na Argentina. Em seguida, destacamos a triangulação teórica que baliza o estudo, para alcançar os procedimentos metodológico-teóricos da pesquisa, que é de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa). A parte dedicada à análise encontra-se subdividida em quatro seções: a representação social dos agentes; a posição dos atores sociais com relação ao fim dos efeitos da pobreza; a semântica dos processos relacionados à pobreza; e uma política de identidades voltada para desigualdades sociais. Nas considerações finais procuramos sintetizar uma possível forma de contribuição para o fortalecimento do olhar crítico de analistas do discurso para o perfil de chefes de Estado da América Latina.

## 1. *Pobreza e desigualdade*

Inicialmente, deve-se ressaltar que o fenômeno social da pobreza pode ser conceituado à luz de diferentes abordagens históricas. De acordo com o estudo publicado por Crespo e Gurovitz (2002), três concepções a respeito da pobreza foram desenvolvidas no decorrer do século XX: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. O enfoque da sobrevivência, o mais restrito dos três, vigorou até a década de 50. Tal abordagem consistia em caracterizar tão somente o limite mínimo necessário para a sua sobrevivência de um indivíduo. A partir de 1970, a pobreza ganhou conotação de necessidade básica, mediante destaque de condições favoráveis para qualidade de vida, tais como serviço de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Nos anos oitenta, esse fenômeno social passou a ser apreendido como privação relativa. Dessa forma, sair da linha da pobreza passou a equivaler ao alcance de níveis de conforto, atrelados ao desenvolvimento de papéis e comportamentos socialmente adequados.

A questão da privação relativa evoluiu tendo como um de seus principais formuladores o ganhador do prêmio Nobel de Economia (1999), o indiano Amartya Sen (2010: 120), para quem a pobreza pode ser definida como uma “privação de capacidades”. Ao lado dessa concepção teórica, cabe registrar a posição de Silva (2008: 270), que discute o fenômeno social da pobreza a partir de “um conjunto de problemas de uma dada sociedade”, que se interceptam na engrenagem dos sistemas: *econômico, político e social*. Trata-se de uma tríade que pressupõe privações, entre elas a falta de liberdade de escolha.

Ao se levar em conta o campo de aquisição de conhecimento, dentro da esfera social, pode-se ponderar que a falta de liberdade de escolha, em termos

de acesso a uma educação formal, constitui de fato a razão maior que gera a privação de capacidades, a que se refere o ganhador do prémio Nobel em sua teoria. Por outro lado, o próprio termo *privação de capacidades* remete à escassez de condições para desenvolvimento de habilidades. Isso nos permite evocar o pensamento de Suzane Romaine (1982: 201), sociolinguista britânica, para quem “as sociedades distribuem seus recursos comunicativos de maneira diferente e os indivíduos desenvolvem suas habilidades no contexto de riqueza a que têm acesso”. Nesse sentido, permitimo-nos sugerir que a questão de privação relativa aparecerá sempre atrelada a razões de natureza econômica, política e social, com consequências que mantêm uma relação de causa efeito, nem sempre positivos, entre o campo do poder político e os meios educacionais.

Abrimos espaço para ponderarmos, aqui, o seguinte: a escola deveria constituir a fonte mais imediata do poder no que concerne à distribuição não só de recursos econômicos, mas, principalmente, de conhecimento para desenvolvimento de habilidades voltadas para a dimensão cognitiva dos estudantes em termos de expansão de capacidades. Resulta que, no contexto brasileiro, em decorrência do caráter antagônico das estruturas políticas e sociais, com repercussão no meio educacional, o consenso absoluto, sobretudo, com relação ao pensamento e práticas hegemônicas, permanece tão somente no imaginário coletivo.

A propósito, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2010), em seu relatório sobre distribuição de renda frente a desigualdades, o Brasil tem o terceiro pior índice de desigualdades do mundo. Ainda, segundo o referido relatório, a desigualdade na região se mantém de maneira persistente, sendo historicamente alta, além de se reproduzir sempre em contexto de baixa mobilidade social. Compendo um pouco mais o panorama histórico da pobreza e da desigualdade no Brasil, vale mencionar dados que o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), publicados no final de 2013 em relatório intitulado: “Duas décadas de desigualdades e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE”.

Segundo o relatório do IPEA (2013: 30), “um dos aspectos das mudanças sociais no Brasil desde o início dos anos 1990 concerne à diminuição das desigualdades entre grupos, com forte crescimento da renda principal entre camadas historicamente menos privilegiadas”. Uma breve mirada nos dados do mencionado relatório permite-nos considerar que, no Brasil, as últimas duas décadas trouxeram avanços significativos no combate à pobreza e à desigualdade. Não obstante, pode-se ponderar que se trata de melhorias insuficientes para sanar grandes distorções sociais existentes no contexto brasileiro, conforme o documento (PNUD 2010) mencionado no parágrafo anterior.

Quanto ao tipo de problema que nos interessa descrever e explicar, destacamos o dilema das desigualdades, tema cada vez mais constante nos estudos críticos do discurso, conforme pesquisas transdisciplinares voltadas à realidade de países latino-americanos, desenvolvidas, no Chile, por Montecino

(2011) e por Silva e Pardo Abril (2010), em estudo comparativo entre Brasil e Colômbia, além das investigações realizadas, na Argentina, por Pardo (2006, 2008) entre outros autores. Cabe, aqui, ressaltar que se trata de um conjunto de linhas de investigação que configuram o projeto da Rede Latino-americana de Estudos da Pobreza Extrema – REDLAD, em vigência desde 2006, voltado para o escopo central de discutir razões de desigualdades sociais, bem como denunciar práticas políticas opressoras. Isso, mediante identificação e rigorosa análise linguística dos papéis discursivos de atores sociais, sobretudo, no que concerne à agentividade, implícita ou explícita, atrelada a cada um. Como bem observa Montecino (2011: 70), “en el discurso se asignan diversos grados de participación y responsabilidad a los distintos referentes y actores sociales (individuos, grupos e instituciones) que se introducen en él”.

No âmbito dos estudos críticos do discurso, conforme reitera Silva (2008, 2009, 2012, 2015), o trabalho do linguista, voltado para os estudos críticos do discurso, deve objetivar não só a descrição rigorosa dos aspectos linguístico-discursivos contextualizados, mas, sobretudo, promover a intervenção ativa e proposital na realidade social encontrada. É nesse sentido que se pode apontar, no contexto brasileiro, o interesse crescente de pesquisas nessa mais nova faceta da Linguística que, além de contemplar a interioridade da língua como sistema estrutural (gramática), desde uma perspectiva funcional, dedica-se de modo específico à sua exterioridade multifuncional (discurso), dimensão que faz da língua um contrato social.

## 2. *Das bases teóricas*

No âmbito deste estudo, caracterizamos a representação como uma categoria linguístico-discursiva, que emerge da construção de significados edificados na materialidade do texto, os quais adquirem significações na dimensão da língua como contrato social. As propostas que constituem nossos vértices de base teórica contemplam não só a exterioridade da linguagem, nos moldes de Fairclough (2001, 2003), mas também sua interioridade, aqui, enfocada sob o prisma das macrofunções dentro da teoria da Linguística Sistemico-Funcional, desenvolvida por Halliday (1994) e ampliada em Halliday e Matthiessen (2004).

O diálogo entre essas duas perspectivas tem-nos permitido trabalhar o linguístico no interior do social e vice-versa, como se fosse uma estrada dupla que segue na mesma direção, mas balizada de modo especial pelas instâncias do discurso (Silva 2009). De maneira complementar, examinamos pistas linguístico-discursivas que indiciam como ‘atores sociais’ são representados em textos, o que nos permite identificar não só os posicionamentos ideológicos em relação a eles, bem como ao raio de ação sobre a realidade, de acordo com a proposta de van Leeuwen (2008), para quem a representação, dentro de um sistema linguístico, envolve significados que geram efeitos de significação e sistemas simbólicos.

Na perspectiva de uma análise de discurso textualmente orientada (ADT), conforme propõe Fairclough, (2003), lançamos nosso olhar sobre o significado *representacional* da linguagem, plasmado em textos escritos de onde emergem as significações ao serem oralizados em discurso. Nas palavras de Fairclough (2001: 91), enfoca-se “discurso como uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados”. De modo paralelo a essa dimensão social de significados, aprofundamos nosso olhar em direção à metafunção ideacional, macrocategoria hallidayana que, nas palavras de Fairclough (2001: 92), concerne “aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações”.

Nosso enfoque teórico incide, pois, nos elementos de natureza léxico-gramatical, enquanto parte da interioridade do sistema linguístico, para descrever e interpretar o funcionamento dos mesmos na exterioridade (discurso), sobretudo, como formas de representação mediadas por recursos associados a três elementos de ordens do discurso: gênero, discurso e estilo, conforme propõe Fairclough (2003). Em poucas palavras, o termo *gênero* encontra-se associado a uma forma altamente elaborada de consciência socio-cultural-prática, como uma forma de ação social e até mesmo como uma espécie de *artefato cultural* da sociedade, expressão sugerida por Marcuschi (2008). Recomenda Fairclough (2003) que o termo *discurso* equivale a uma forma de prática social (e não individual), mas também pode ser visto como uma unidade pragmática, em termos de modo de representação e de controle sobre as coisas. Quanto ao terceiro elemento de ordens do discurso, Fairclough (2003) denomina-o *estilo*, o que permite considerarmos o mesmo como uma forma de identidade, em termos de conduta, tanto social quanto pessoal, uma vez que envolve atitudes e intenções de um falante/escritor. Ponderamos, ainda, que estilos podem ser identificados através de recursos argumentativos e retóricos na materialidade de textos, no caso, textos preparados para serem lidos (discursos proferidos por Chefes de Estado).

Tratamos de distinguir a transitividade da língua nos moldes de Halliday e Mathiessen (2004), mediante o enfoque da função ideacional da linguagem, voltada para os componentes de uma unidade de informação (oração), equivalente a uma unidade de fala. Enquanto na ADC a questão da representação se configura no discurso, vinculada ao eixo do conhecimento (relação de controle sobre as coisas), dentro dos três elementos de ordem do discurso, a LSF enfoca a representação dentro da função ideacional da linguagem mediante a transitividade oracional identificada por meio de três componentes: processo verbal, seus participantes, bem como circunstâncias (Halliday 1994).

Quanto aos processos, esses podem ser visualizados na figura abaixo. Trata-se de uma analogia tecida por Silva (2013) para explicar tipos de processo em português a partir de outra construção metafórica, com base na proposta de Halliday (1994), reapresentada em Halliday e Mathiessen (2004). Em poucas palavras, a função ideacional – enquanto componente principal do significado

no sistema linguístico – consiste, em parte, na expressão do conteúdo, da “gramática da experiência” do falante/escritor, conforme sugerem Halliday e Matthiessen (2004: 172), no que concerne ao mundo exterior, físico (do fazer), ao mundo das relações abstratas (do ser), bem como ao mundo interior, cognitivo (do sentir), ou seja, o mundo da consciência. Vejamos.



Figura 1: *Mandala da Gramática da Experiência*

A *Mandala da Gramática da Experiência*, conforme já explicitada em Silva, (2013: 91-92), corresponde a uma aproximação metafórica da energia emanada dos centros geradores de nosso mundo conceptual e linguístico caracterizado, na proposta hallidayana, por seis tipos de processos (indicados, acima, ao redor da mandala) – material, mental, relacional, comportamental, verbal e existencial –, cujos significados prototípicos, exibidos no interior das formas sextavadas, constituem pistas tanto para análise léxico-gramatical quanto semântico-discursiva. Enquanto os três primeiros processos citados – *materiais, mentais e relacionais* – podem ser considerados básicos, os três últimos – *comportamentais, verbais e existenciais* – costumam ser caracterizados como secundários, porque se encontram mesclados, em termos de significado(s), justamente pela proximidade das fronteiras de sentido intercaladas pelos processos básicos.

Por outro lado, cabe ressaltar que, neste trabalho, para a categoria hallidayana de participantes, adotamos o modelo de van Leeuwen (1997), como um desdobramento específico, em termos de ferramentas analíticas, o que nos permite uma análise linguístico-discursiva mais detalhada no âmbito do significado representacional da linguagem. Sugere van Leeuwen (1997) que a representação concerne a maneiras como atores sociais são representados em textos, o que pode indiciar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Trata-se de uma proposta analítica que conjuga o social e o linguístico, mas com ênfase na agência sociológica. Conforme sintetizado em



Silva e Ramalho (2008), no modelo de van Leeuwen (1997), as representações indiciam uma inclusão ou uma exclusão de atores sociais para servir, no discurso, a interesses e finalidades particulares. Atores podem ser incluídos, suprimidos ou colocados em segundo plano na representação. A primeira categoria sugerida por van Leeuwen (1997) concerne à *exclusão*, que se encontra subdividida em *supressão* e *encobrimento*, sendo que essa última maneira pode ser explicada como uma forma de se “colocar em segundo plano” algo que não convém ser mencionado diretamente no discurso. No caso da *supressão*, a exclusão não deixa marcas na representação, uma vez que o enunciador apaga, por uma dada conveniência, tanto os atores sociais envolvidos, quanto as atividades por eles desempenhadas. Na exclusão por *encobrimento* os atores sociais aparecem sob a forma de algum componente textual, o que indicia se tratar de uma ‘exclusão’ radical, nos termos de van Leeuwen (1997).

A *inclusão* de atores sociais no texto pode ser realizada de diversas maneiras. De acordo com uma extensa rede proposta por van Leeuwen, destacamos, aqui, categorias como *ativação* e *passivação*, que por si só já explicitam os papéis conferidos na representação de *sujeição* e *beneficiação*. A ativação pode ocorrer por *circunstancialização*, mediante circunstâncias preposicionadas, no caso do português, ligadas em geral pela preposição *por*, que pode aparecer, também, na forma de contração com um artigo definido *pele*. Os atores podem também ser representados em termos de sua identidade única quando nomeados, ou categorizados, o que corresponde às subcategorias *nomeação* e *categorização*. A nomeação realiza-se tipicamente através de nomes próprios, ao passo que a categorização ocorre por *funcionalização*, *identificação*, bem como por *avaliação*. A primeira escolha representacional ocorre quando os atores são referidos em termos de uma atividade, ocupação ou função à qual estão ligados.

Ao trabalharmos na perspectiva multifuncional do significado da linguagem em curso – etimologicamente *dis+curso* – que equivale ‘ao que corre em várias direções’, acercamo-nos de uma dimensão interior (estrutural), razão pela qual buscamos suporte teórico e metodológico também na Linguística Sistêmico Funcional (LSF). Trata-se de uma teoria da linguagem que possibilita uma descrição linguística, com foco na organização gramatical e semântica, o que nos permite desvendar, em termos de conteúdo, os sentidos representacionais, veiculados na dimensão da exterioridade (discurso) de um texto, uma vez que ali já circulam internamente uma gama de significados, sempre relacionados a um dado contexto de situação e de cultura.

### 3. *Procedimentos metodológicos*

Quanto aos procedimentos metodológicos, no momento inicial da pesquisa, seguimos algumas observações teóricas sugeridas por Bauer e Aarts (2000: 56), concernentes à construção de um *corpus* com dados empíricos.

Afirmam os dois autores que “um *corpus* é uma interseção histórica. A maioria dos materiais tem um ciclo natural de estabilidade e mudança”. Sempre de acordo com os referidos autores, pode-se considerar que os discursos de posse dos presidentes pós-ditadura correspondem ao “intervalo de tempo dentro do qual um *corpus* de materiais relevantes e homogêneos deve ser selecionado”. Não obstante, conforme já discutido por Silva e Ramalho (2008: 273), “sabemos que a realidade não pode ser reduzida ao empírico – ao nosso conhecimento sobre ela, que será sempre de natureza contingente, mutável e parcial”. Assim, na esteira do pensamento de Fairclough (2003: 14), assumimos, no contexto do presente trabalho, o seguinte: “em toda análise escolhemos responder a determinadas questões sobre eventos sociais e textos, e não a outras questões possíveis”.

Após o recorte do gênero (discurso político) e do tipo textual (pronunciamentos de chefes de Estado empossados), os documentos selecionados foram submetidos a um segundo passo metodológico, qual seja, interrogar o material documental com vistas a descrever e interpretar questões sociais, mediante aproximação de dois pontos configurados nas dimensões da linguagem: o léxico-gramatical (interioridade) e o discursivo (exterioridade).

Para aproximar respostas às questões de pesquisa, apresentadas na introdução, valemo-nos de seis textos distintos, que foram proferidos, respectivamente, pelos presidentes da República Federativa do Brasil, eleitos por voto direto. Entre os textos selecionados, dois correspondem aos discursos de posse da atual presidente. A decisão metodológica de um recorte temporal para seleção das amostras incidiu sobre os discursos situados entre os anos 1990 e 2015, tempo que faz parte do período pós-ditadura militar, por envolver o movimento democrático restaurado nos anos oitenta.

Buscamos examinar aspectos em comum representados nos seis textos selecionados, o que nos permitiu realizar um recorte dos excertos que correspondiam à temática da pesquisa. Em seguida, os fragmentos que envolviam o campo semântico de pobreza foram submetidos a uma microanálise a partir dos componentes da transitividade, ou seja, dos processos verbais propriamente ditos, participantes e circunstâncias. A posição dos participantes foi identificada de acordo com a representação dos atores sociais, conforme caracterização proposta por van Leuween (1997), voltada para a *inclusão*, especificada em termos de agente, beneficiado e afetado entre outros papéis pertinentes aos demais componentes de transitividade na estrutura oracional. Como esclarece o referido autor, atores sociais podem ter sua agência ofuscada, ou enfatizada; podem ser representados por suas atividades ou enunciados; ou ainda podem ser referidos por meio de julgamentos, em termos de conjecturas acerca do que são ou do que fazem. O enfoque na macrocategoria *representação* permite-nos não só a realização de uma triangulação teórica, mas o desdobramento analítico apresentado a seguir.

#### 4. *A caminho das análises e discussão de resultados*

As análises preliminares permitiram agrupar enunciados que envolviam temas recorrentes em conjuntos específicos, de acordo com os componentes da transitividade. Os dados foram agrupados nos seguintes subconjuntos: a representação social dos agentes, bem como dos afetados; a posição dos atores sociais com relação ao fim dos efeitos da pobreza; a semântica dos processos relacionados à pobreza; a *política de identidades* voltada para *desigualdades sociais*, paralela à *identidade do povo beneficiado* (recebedor).

##### 4.1. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE AGENTES E DE AFETADOS

Os fragmentos de discurso, enfocados a seguir, permitem apontar atores sociais frente à questão da pobreza. Os excertos destacados para este tópico encontram-se registrados em textos escritos (*vide* marcação de linhas), que constituem documentos pertinentes aos discursos de posse de Collor (1990) e de Itamar (1992). Observe-se que há uma oscilação nas formas de representação do ator social, que pode ocupar a posição de agente, mas ao mesmo tempo assumir um papel de afetado.

Embora o campo semântico da pobreza ocupe um plano de fundo, costuma figurar na posição de alvo, marcado por expansão, o que pode ser observado no final do fragmento abaixo.

- [1]. COLLOR (1990, linhas 210-212) - Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico, mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade.

O termo – minha geração – configura um ator social, ao mesmo tempo possessivo (*minha*) e generalizado, ao assumir discursivamente o papel interlocutor de um grupo maior, o qual *não admite* uma forma de comportamento – *conviver* – com um Brasil. Observe-se que o termo *Brasil* é incluído no discurso não como ator social, mas tão somente como termo adverbial, o que van Leeuwen (2008) aponta como inclusão por ‘circunstancialização’. Quanto aos termos – *gigante econômico /mas/ pigmeu social* – sugerimos que ocorre uma inclusão, mediante uma ‘generalização’, reforçada através de um paralelismo por oposição, marcado pelo conector argumentativo (*mas*) e acentuado, no caso, por um contraste metafórico. O final do enunciado é marcado por uma repetição estrutural icônica, com função intensificadora nos segmentos nominais em lista: *...tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade*. Trata-se de três elementos lexicais associados, ainda que indiretamente, à temática da pobreza. Examinemos outro fragmento discursivo.

- [2]. ITAMAR (1992, linhas 18 e 19) - Um país não pode ter a sua modernidade reclusa em setores de ostentação enquanto o resto do povo se afronta, todos os dias, com a fome, o desespero, a doença e a ofensa.

Observe-se, acima, que o sintagma nominal – *um país* – configura o ator social marcado, no caso, por meio de forma pronominal indefinida (*um*), o que o remete a uma “generalização”, categoria sugerida por van Leeuwen (2008), visto que o enunciador não se inclui. O sintagma verbal – *não pode ter* – explicita um processo relacional (*ter*) que envolve um valor – *a sua modernidade reclusa*, precedida de uma modalidade deôntica (*pode*) – reforçada pela polaridade negativa (*não*). O elemento circunstancial – *setores de ostentação* – mitiga a polaridade entre *modernidade reclusa* – em paralelo, por contraste, com *o resto do povo*, o que remete a uma ‘coletivização’, que não representa atores quantitativamente, mas os trata por meio da pluralidade, em termos de van Leeuwen (1997). Cabe ressaltar, ainda, a escolha das formas vocabulares, por meio da qual o ator social – *povo* – encontra-se representado, associado a termos voltados para o campo semântico da exclusão.

#### 4.2. A POSIÇÃO DOS ATORES SOCIAIS COM RELAÇÃO AO FIM DOS EFEITOS DA POBREZA

Nos excertos abaixo, retirados dos respectivos textos/pronunciamentos de Collor (1990) e de FHC (1995), destacamos, por meio de uma microanálise dos componentes linguístico-discursivos, a representação dos agentes, bem como a posição ocupada pelos mesmos no que concerne a ações contra os efeitos da pobreza, tais como vergonha, miséria, injustiça e fome. Vejamos.

- [3]. COLLOR (1990, linhas 213-214) - A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha, da miséria e da injustiça.

Ressalte-se que o ator social – *governo* – encontra-se em posição oblíqua, possessivada (*meu*). Não obstante, como responsável pela agência do processo, é representado mediante o que van Leeuwen (1997.) sugere como ‘classificação’, detalhada por meio de uma ‘especificação’ – *a finalidade de meu governo*. A escolha de uma representação por meio de classificação indicia o que é franqueado a um grupo maior, especificando-se-lhe a responsabilidade quanto ao processo da ação, sempre de acordo com van Leeuwen. Observe-se que a agentividade em – *meu governo* – coaduna-se com a tendência em generalizar o ator social responsável pela ação associada ao processo – *libertar* –, que carrega, por sua vez, um traço semântico de sentido salvacionista. Nos moldes hallidayanos, identifica-se a ação da forma verbal (*libertar*) como um processo material abstrato transformativo. Observemos que se trata de alforriar metaforicamente o ato social. No caso, cabe ao Brasil o papel de participante receptor, beneficiado como meta, sempre em posição de ‘passivação’ em termos de van Leeuwen. Trata-se de um ator social afetado, representado, sobretudo, com relação ao alvo relacionado à referência: *da vergonha, da miséria, da injustiça*.

- [4]. FHC (1995, linhas 242-44). Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o Governo e a comunidade, para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria.

Na primeira unidade oracional, dentro do fragmento (4), observe-se que a topicalização do ator social recai na fusão estrutural e retórica dos componentes de transitividade – *nós, brasileiros* – entidades valorizadas na forma de atributo – *um povo solidário* – por meio do processo relacional (*ser*) que, na primeira pessoa do plural – *somos* – permite ao enunciador inserir-se nessa avaliação. Quanto ao segundo segmento oracional, asseveramos, desde a perspectiva hallidayana, que o grupo verbal – *vamos fazer* – configura um processo material abstrato transformativo, enquanto o sintagma nominal – *desse sentimento* – funciona como um circunstancial de contingência, por meio do qual o grupo nominal – *a mola de grande mutirão nacional* – adquire a conotação de termo agentivo, com agência sugerida para executar a ação limpeza – *varrer* –, processo material abstrato, cujo alvo configura-se em duas referências específicas – *a fome e a miséria*. Observe-se, ainda, que o Brasil não aparece com ator social principal, já que configura uma forma de representação em segundo plano, tão somente para especificar um circunstancial de localização, no termo – *mapa do Brasil*, o que aparece também no fragmento abaixo, selecionado do discurso de Lula (2003).

[5]. LULA (2003, linha 64). É por isso que hoje conclamo: nós vamos acabar com a fome em nosso país.

No segmento oracional (5), destaca-se um ator social que se representa como um dizente ativo ao – *conclamar* – por ‘agregação’ e ‘coletivização’, representada na pluralidade do processo material transformativo – *vamos acabar* –, uma extensão que incide sobre uma meta específica – *com a fome* – num circunstancial de lugar – *em nosso país*. Cabe observar que tanto a ‘agregação’ quanto a ‘coletivização’ marcam os atores sociais, referidos de maneira retórica no discurso de Dilma (2011).

[6]. DILMA (2011, linhas 114-16). Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte.

Em um paralelo comparativo entre os fragmentos (5) e (6), extraídos dos respectivos discursos de Lula (2003) e Dilma (2011), podemos constatar, mais além da retórica de natureza apelativa, em termos de significado identificacional (conduta), que a agência dos processos relacionados à pobreza, bem como a existência de efeitos causados diretamente pela pobreza, aproxima-se, de modo recorrente, da forma pessoal de quem profere o discurso, representado na declaração atitudinal – *não vou descansar* – expressa no processo material abstrato transformativo, acentuado pela negação modalizadora. Enquanto no segmento (5) destaca-se o uso da primeira pessoa do plural, representando uma ‘coletivização’, associada à imagem do presidente, no fragmento seguinte (6), distingue-se o uso da primeira pessoa do singular, o que sugere uma ‘assimilação’,

nos termos de van Leeuwen (1997), por meio uma referência específica da presidente. Vejamos o fragmento (7) extraído do discurso de posse recente da presidente em exercício.

- [7]. DILMA (2015, linhas 26-27). A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome.

Uma breve comparação entre os fragmentos (6) e (7), destacados nos discursos da atual presidente do Brasil permite-nos apontar a manutenção de uma política de identidades baseada nas metas ideológicas tecidas por chefes de Estado anteriores, em seus respectivos discursos de posse, entre as quais se destaca a questão social da pobreza, representada, de maneira metonímica, por seus efeitos, tais como a fome acarretada pela miséria.

#### 4.3. A SEMÂNTICA DOS PROCESSOS RELACIONADOS À POBREZA

Os fragmentos (8) e (9), reapresentados para outros comentários analíticos nesta subseção, permitem-nos destacar a semântica dos processos relacionados, ainda que de maneira encoberta, à temática da pobreza, uma vez que as construções dos processos verbais propriamente ditos favorecem a temática da ‘exclusão’, uma vez que os participantes dos processos são colocados em ‘segundo plano’. Por outro lado, Cabe ressaltar que as ações sublinhadas nos referidos excertos envolvem processos de natureza abstrata transformativa, longe de ações concretas, voltadas para o mundo experiencial do fazer, bem como do agir.

- [8]. COLLOR (1990, linhas 2013-214). *A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil* da vergonha, da miséria e da injustiça.
- [9]. DILMA (2011, linha 114). Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa...

Os excertos acima indiciam que os sintagmas verbais, bem como os grupos nominais relacionados a tópicos pertinentes à pobreza, alinham um pensamento libertário e salvacionista ao discurso. A construção circunstancial, precedida pela particular de negação em – *não vou descansar* –, a exemplo da construção circunstancial topicalizada, no excerto (8), instala a figura de Chefes de Estado dispostos a solucionar problemas da mesma natureza de maneira incansável.

- [10]. DILMA (2011, linhas 111-113). Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Deve-se ressaltar que o termo pobreza constitui o participante (existente) relacionado ao processo – existir. O participante afetado, representado pelo sintagma – *nosso país* – encontra-se em segmentos oracionais reduzidos de infinitivo. Observe-se que o fenômeno expresso no termo – *pobreza* – exerce a função de agente responsável pelos processos de *envergonhar* nosso país e

*impedir* nossa plena afirmação. Como o fragmento (8), pertinente ao discurso de Collor (1990), o fenômeno da pobreza equivale a uma mácula social abstrata, razão pela qual evoca o sentido aprisionado da vergonha direcionada para o que implica exclusão.

#### 4.4. UMA POLÍTICA DE IDENTIDADES VOLTADA PARA DESIGUALDADES SOCIAIS

Os fragmentos seguintes têm em comum a ideia de transformação, em termos de um olhar para a pobreza, o que remete à continuidade de políticas públicas em favor dos excluídos.

- [11]. ITAMAR (1992, linhas 20-23). A única coisa que se reparte equitativamente em sociedades injustas como a nossa é o medo. A própria classe média vive sobre sob a angústia do empobrecimento rápido, e o seu padrão de vida reduziu-se dramaticamente nos últimos meses, sem que isso significasse vida melhor para um conjunto de trabalhadores.
- [12]. FHC (1995, linhas 183-185) – [O governo] se jogará por inteiro no grande desafio - que é do Brasil e não é apenas desta ou daquela região; que é de todos e não apenas dos excluídos - de diminuir as desigualdades até acabar com elas.
- [13]. LULA (2003, linhas 251-254) – Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.
- [14]. DILMA (2011, linhas 62-66) – Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.
- [15]. DILMA (2015, linhas 35-36) - Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão...

Os discursos de posse reforçam a ideia de construção de um diferencial entre as perspectivas de governos que se sucedem e a realidade da pobreza, associada às práticas de governos anteriores. Com exceção do fragmento (11), os excertos seguintes apresentam ideias de recomeço, sempre projetando ações positivas, seja como desafio para a diminuição das desigualdades, seja como marco de coragem na redução da dívida social.

Uma breve comparação entre os excertos destacados nos fragmentos de (12) e (13) e os fragmentos (14) e (15), pertinentes aos dois discursos de posse da atual presidente do Brasil (Dilma Rousseff, 2011, 2015), permite-nos apontar a manutenção de uma *política de identidades* baseada em metas ideológicas tecidas por chefes de Estado, entre as quais se destaca o dilema das desigualdades.

Com base nas escolhas léxico-gramaticais (representações) identificadas nos seis textos analisados, sugerimos que a recorrência de expressões atreladas ao campo semântico da pobreza – tais como, ‘angústia do empobrecimento’, ‘tragédia da miséria’, ‘desigualdades’, ‘sofrimento dos mais pobres’ –, as quais se encontram associadas ao campo de vergonha, o que evoca um desafio constante, daí a postura do combate, em termos ideológicos. Vale destacar, ainda, que os termos relacionados ao ator social Brasil, receptor das ações dos governantes para sanar uma ‘dívida histórica social’, mencionadas em termos de dádivas em favor de uma ‘população enorme de excluídos’, remetem a uma posição de passivação no discurso da presidente e de seus antecessores, como se miséria e pobreza, conforme já registrado em Silva (2013:88), “fossem apenas as duas pontas de um laço, cujo nó circunstancial poderia banir a desigualdade na pirâmide social brasileira, mediante a concretude das ações governamentais futuras”.

### 5. *Considerações finais*

Os discursos de posse dos cinco últimos presidentes pós-ditadura permitem-nos confirmar que a temática da pobreza tem constituído a viga mestra recorrente e, sobretudo, sequaz no desenho dos projetos políticos. Trata-se de planos políticos ocorridos dentro de um tempo real em torno de vinte e cinco anos, que coincide, ainda que de modo paralelo, com o florescer dos estudos do discurso na América Latina, consolidados em investigações cujos frutos acenam ainda para a necessidade de justiça social, contra desigualdade.

Os resultados da análise sugerem que a representação social dos que vivem a angústia da exclusão, do povo brasileiro no papel de afetado, ainda que suposto beneficiário, e o agente das ações relacionadas à pobreza sofreram significativas alterações em seu modo de representação ao longo dos anos. Enquanto os discursos proferidos entre os anos de 1990 e 2003 representavam aqueles que estavam em posição de vulnerabilidade socioeconômica como “excluídos” e “resto do povo”, destacando assim características negativas, os discursos proferidos na partir dos anos 2003 até o momento representam os mesmos atores sociais como “os que melhoraram de vida”, “os que lutam para sair da miséria” ou simplesmente utilizam termos que mitigam os traços humanos, o que remete a uma mitigação da semântica negativa relacionada ao ator social enfocado.

Da mesma forma, observa-se uma alteração na representação dos atores sociais responsáveis pela agência das ações relacionadas à pobreza. Os discursos proferidos entre 1990 e 2003 apresentam os atores sociais como ‘classificados’ e ‘funcionalizados’, nos termos de van Leuween (2008), o que imprime um caráter impessoal e coletivo, às ações. Já os discursos proferidos após 2003 apontam uma tendência contrária, uma vez que o enunciador revela-se como *agente*, o que torna seus pronunciamentos mais personalizados, fundindo a agência com a figura do presidente em questão.



No contexto dos dados analisados, desvela-se, pois, entre as recorrências léxico-gramaticais, a presença de processos que reforçam a semântica salvacionista e heroica do Chefe de Estado. Da mesma forma, constata-se a repetição de atores sociais que representam uma sociedade generalizada e um grupo social mais amplo em posição de ‘passivação’, o que sugere a manutenção da identidade de um povo beneficiado, bem como de um país passivo e receptor. Pode-se apontar, por outro lado, uma recursividade na ideia de ruptura com práticas de governos anteriores e renovação com novas práticas.

Além disso, a forma de representação da pobreza sofreu alterações nos discursos de posse, o que indicia modificações concomitantes no contexto social brasileiro, no que concerne a uma diminuição das desigualdades entre grupos e crescimento da renda entre camadas historicamente menos privilegiadas. À guisa de conclusão, ressaltamos que uma nova visão de práticas sociais do passado só será possível mediante mudanças de perspectivas políticas, não só por parte de governantes, mas, sobretudo, por parte de cada um de nós na busca do fortalecimento de uma consciência cidadã crítica. Nesse sentido, como pesquisadores engajados, cabe-nos o papel de ator ativo e participativo na vigilância das ações de Chefes de Estado no âmbito do continente latino-americano.

#### NOTAS

- 1 Os textos selecionados, correspondentes aos discursos de posse de cada presidente, encontram-se registrados, na íntegra, no site [www.biblioteca.gov.br](http://www.biblioteca.gov.br). Último acesso em 24.05.2015

Dilma 2015: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>

Dilma 2011: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>

Lula 2003: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>

FHC1995: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995/01-discursos-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>

Itamar 1992: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/itamar-franco/discursos-de-posse-1>

Collor 1990: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discursos-1/1990/01.pdf/view>

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUER, M. Y AARTS, B. 2000. Corpus construction: a principle for qualitative data collection. En M.W Bauer and G. Gaskell (eds.). *Qualitative researching with*

- texts, images and sound. A practical guide.* London: Sage.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. 1999. *Discourse in late modernity: rethinking criticaldiscourse analysis.* Edinburgh: Edingurgh University Press.
- CRESPO, A. e GUROVITZ, E. 2002. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE eletrônica 1, 2:* 1-12. Disponível em [www.rae.com.br/electronica](http://www.rae.com.br/electronica)
- EGGINS, S. 2002. *Introducción a la lingüística sistémica.*/S. Eggins; traducción, prólogo y glosario de F. Alcántara. Logroño: Universidade de La Rioja.
- FAIRCLOUGH, N. 1992. *Discourse and social change.* Cambridge: Polity Press.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e mudança social.* Coord. da trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing discourse.* London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. 2010. *Critical discourse analysis: The critical study of language,* 2ª ed. London: Longman.
- FREITAS-ESCÓRCIO, M. C. S. 2014. A Representação do Brasil no discurso de posse dos presidentes pós-ditadura. Dissertação de Mestrado inédita. Brasília: Programa de Pós- Graduação em Linguística da UnB.
- HALLIDAY, M.A.K. 1994. *An introduction to functional grammar.* 2nd. ed. London: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M.A.K. & MATTHIESSEN, C. 2004. *An introduction to functional grammar.* 3. ed., Oxford: Edward Arnold.
- IPEA. 2013. [Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicadoipea159.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf)] Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE” – Comunicados do IPEA nº 159, de 2013. [Acesso em: 05/04/2015]
- MARCUSCHI, L.A. 2008. *A produção textual, análise de gêneros e compreensão.* São Paulo: Parábola.
- MONTECINO SOTO, L. A. 2011. Personas em situación de calle: identidad y exclusión. In M. J. Coracini (Org.). *Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão,* pp. 67-82. Campinas, SP: Pontes Editores.
- PARDO, M. L. 2006. El concepto de familia en el discurso de los indigentes argentinos y chilenos. In M. L. Pardo y T. Ortiz (Orgs.). *Estado pós-moderno y globalización,* pp. 83-102. Buenos Aires: Editorial MPS.
- PARDO, M. L. (Ed.). 2008. *El Discurso sobre la pobreza en América Latina.* Prólogo de Robert De Beaugrande. Santiago de Chile: Editorial Frasis.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. 2010. [Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx>] *Informe regional sobre Desenvolvimento Humano para América Latina e Caribe 2010: Atuar sobre o futuro: romper a transmissão intergeracional da desigualdade.* [Acesso em: 05/04/2015].
- ROMAINE, S. 1984. *The language of children and adolescents.* New York: Basil Blackwell.
- SEN, A. 2010. *Desenvolvimento como liberdade.* Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, D.E.G. 2007. Identidades enfracuecidas versus cidadania cultural. In Sébastein, J. L. B. Justino, A. Dionísio e G. Medeiros (orgs.) *Cidadania cultural:*

- diversidade cultural, linguagens, identidades*, pp. 51-67. Recife: Elógica Livro Rápido.
- SILVA, D.E.G. 2008. [Disponível em [www.dissoc.org](http://www.dissoc.org)] A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica e social à ruptura familiar. *Revista Discurso y Sociedad* 2, 2: 265-296.
- SILVA, D.E.G. 2009. Representações discursivas da pobreza e discriminação na mídia. In: D.E.G. da Silva, M.C. Leal e M.C.D Pacheco (orgs.). *Discurso em questão: representação, gênero, identidade, discriminação*, pp. 63-74. Goiânia: Cãnone Editorial.
- SILVA, D.E.G. 2012. [Disponível em [www.revistaautomia.com.br](http://www.revistaautomia.com.br)] Estudos críticos do discurso no contexto brasileiro: por uma rede de transdisciplinaridade. *EUTOMIA Revista de Literatura e Linguística* 9: 224-243.
- SILVA, D.E.G. 2013. A gramática da pobreza em práticas discursivas de atores sociais: uma perspectiva crítica. In J. Plaza e B. F. Fabrício (Orgs.). *Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*, pp. 87-111. Goiânia: Cãnone Editora.
- SILVA, D.E.G. 2015. A política da desigualdade no Brasil: adolescentes em situação de rua. In G. Lara e R. Limberti (orgs.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto.
- SILVA, D.E.G. e PARDO ABRIL, N. G. 2010. Miradas cruzadas hacia la pobreza desde una perspectiva crítica transdisciplinaria. *Cadernos de Linguagem e Sociedade* 11, 1:, 66-90.
- SILVA, D.E.G e RAMALHO, V. 2008. A análise de discurso crítica: representações sociais na mídia. In G. Lara, I. Machado e W. Emediato (orgs.). *Análises do discurso hoje*, vol. 2, pp. 265-292. Rio de Janeiro: Nova Fronteira-Lucerna.
- VAN LEEUWEN, T. 1997. A representação dos actores sociais. In E. Pedro (Org.). *Análise crítica do discurso*, pp. 169-222. Lisboa: Ed. Caminho.
- VAN LEEUWEN, T. 2008. *Discourse and practice. New tools for critical discourse analysis*. Oxford: Oxford University Press.

DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA é pesquisadora Colaborada permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, onde atua como docente desde 1987. Mestrado em Linguística pela UnB (1991), Doutorado em Linguística Hispânica pela UNAM, México (1996), Pós-Doutorado (2009) na Universidade de Lisboa (FLUL) com estágio de pesquisas junto ao Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) de Portugal (2009). Membro e fundadora do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO). Líder do Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades (Diretório do CNPq). Presidente da ALED - Associação Latino-americana de Estudos do Discurso - ALED (biênio 2013-15) e editora-chefe do periódico internacional *Cadernos de Linguagem e Sociedade (Papers on Language and Society)*.

Direção eletrônica: [denizelena@gmail.com](mailto:denizelena@gmail.com)

MARA CRISTINA SANTOS FREITAS-ESCÓRCIO. Mestre em Linguística (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), onde atua como pesquisadora permanente junto ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS), no Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares (CEAM). Graduada em Educação pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e docente pela Secretaria de Estado de Educação - SEE/DF, a autora realizou seus primeiros trabalhos de pesquisa no campo educacional. Atualmente, dedica-se ao estudo do gênero discurso político, bem como a formas de representação de atores sociais em textos. É membro ativo do Grupo de Pesquisa Linguística Sistemico-Funcional como instrumental teórico-metodológico para análise do discurso (Diretório do CNPq).

Direção eletrônica: mara.freitas@gmail.com